



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **ORIENTANDO O PASSADO: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS MEMÓRIAS PARA UMA HISTÓRIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL EM PICUÍ – PB (1980/2000)**

Emanuel Gilson Dantas

PPG - MCE/ACU

E-mail: [secdorienteadoremanuel@gmail.com](mailto:secdorienteadoremanuel@gmail.com)

Paulo de Oliveira Nascimento

PPGH/UFPE

E-mail: [paulo.nascimento@ifam.edu.br](mailto:paulo.nascimento@ifam.edu.br)

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Estávamos no ano de 1999 e fazíamos a 4ª série. Vivendo e estudando na zona rural, tínhamos passado todo aquele ano pensando como seria “ir estudar na rua”, o que incluía (a) ter um caderno de matérias, (b) acordar cedo para pegar o “pau de arara” e (c) ter aulas com diferentes professores, que ensinariam diversas matérias. Tudo isso parecia mágico e maravilhoso, mesmo em face do medo do desconhecido – este desconhecido era a “rua”, lugar cheio de coisas novas e de pessoas estranhas, uma espacialidade que guardava profundas diferenças com aquele espaço até então conhecido e esquadrinhado, que era o “sítio”.

Os primeiros momentos de adaptação foram bem difíceis – os colegas nem sempre conhecidos e amigáveis, os vários professores e suas matérias “complexas”, um prédio escolar diferente, novos personagens, além dos professores e das merendeiras, a “longa viagem” até a “rua” – e o “ir estudar na rua” parecia ter perdido um pouco do encanto; o sonho sempre tende a tornar-se um pouco pesadelo, quando transposto da mente para o





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mundo físico e a nova realidade escolar parecia mais desafiadora do que havíamos imaginado.

Para além dos professores, que sempre estavam preocupados com o andamento das aulas (conteúdos, alunos mal comportados, horários), dos inspetores, que se esforçavam para “meter medo” na gente, da diretora, sempre muito ocupada, surgiu naquele ambiente escolar uma outra personagem. Alguém cuja atenção não estava voltada para nenhuma daquelas outras coisas e que tinha um “olhar especial” para nós. Não sabíamos ao certo quais eram as suas “intenções”, mas sentíamos que não éramos mais invisíveis e que alguém se importava conosco, para além de trabalhos, provas, horários, comportamento. Era uma moça chamada Rosinete, a primeira Orientadora Educacional de Picuí, que nos acompanhou durante o ano 2000, quando estudávamos no então Complexo Educacional Cônego José de Barros.

Apesar de compor as memórias de apenas um dos autores deste trabalho, o relato acima nos leva à reflexão dos marcos temporais para a escrita de uma história da Orientação Educacional em Picuí – PB, além de evidenciar a importância da Memória para tal empreendimento. Objetivamos, portanto, problematizar o papel da Memória e da História Oral para a História da Educação nesta cidade do interior da Paraíba cujas memórias educacionais são uma fonte privilegiada para recompor as tramas do passado recente da Educação municipal, uma vez que a busca por outras fontes históricas tem mostrado poucos resultados.

Trata-se de um esforço analítico para compreender a construção histórica da figura do Orientador Educacional no município, cujo marco temporal é o ano de 2008, quando foi promulgada a Lei Complementar n. 2 - que dispõe sobre a Estrutura do Estatuto do Magistério Municipal – constituindo-se um “antes” e um “depois” na história desta profissão. Ao lançarmos mão do aporte teórico e metodológico da História – em especial as possibilidades de análise e interpretação oferecidas pela Memória - acreditamos ser possível mitigar o passado e, no âmbito da História da Educação, compreender a construção histórica do Orientador Educacional em de Picuí – PB.





## **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, ENTRE A HISTÓRIA E A PEDAGOGIA**

É sabido que a História da Educação tem se tornado, a cada dia, importante elo entre a História e a Educação, congregando epistemologias tanto de uma quanto de outra destas ciências, na medida em que se busca uma historicidade dos processos educacionais. Questões relacionadas às práticas pedagógicas, aos processos de ensino e aprendizagem, às culturas escolares, bem como a composição da comunidade escolar para além do professor e do aluno têm despertado o nosso interesse (NEVES, 2009, p. 13). Atenção especial também tem sido dada à composição dos espaços escolares, bem como a sua transformação, num movimento que acompanha a percepção da Pedagogia em relação à importância que tais espaços têm nos processos educacionais. A crescente profissionalização dos trabalhadores da educação – professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as, diretores/as, orientadores/as educacionais, etc. – também tem despertado o interesse dos estudos do campo da História da Educação (NEVES, 2009, p. 14). Das fontes históricas para tais estudos, podemos destacar fotografias, boletins e históricos escolares, diários escolares, atas de reuniões, relatórios pedagógicos, ruínas prediais, memórias e tantos outros.

### **A Memória**

A Memória é parte da condição humana. Percebida enquanto “a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas” (LE GOFF apud SILVA; SILVA, 2012, p. 275) esta Memória passou de uma característica da subjetividade à importante fonte, acionada pelas ciências do homem enquanto elemento constituinte da condição humana, nos seus aspectos psicológicos, sociológicos e culturais.

Sobre o estudo da Memória, faz-se necessário atentar para o seu caráter seletivo, na medida em que compõe-se a partir das escolhas que os sujeitos (re)produtores destas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

memórias fazem. Conforme afirma Michel Pollack, a Memória está intimamente ligada tanto ao Esquecimento e aos Silêncios, o que revela o seu caráter hierárquico, classificatório e seletivo (POLLACK, 1989, p. 3b). Estas características acabam por se manifestarem quando, por exemplo, estamos diante de alguém a quem desejamos entrevistar, em razão de um trabalho com a memória. Pausas dramáticas, momentos de reflexão, inclinação da cabeça, alteração no tom da voz, silêncios, elaborações mentais, estas e outras são algumas das situações que podemos presenciar quando fazemos determinadas perguntas, geralmente aquelas que causam desconforto ou que trazem lembranças dolorosas para os entrevistados.

Uma outra característica da Memória é o seu caráter tanto individual quanto coletivo. Se estruturando em vários pontos, a memória individual possui a característica principal de pertencer a um indivíduo, podendo ter sido vivenciada ou herdada. Discorrendo acerca dos elementos constitutivos da memória elencados por Michel Pollack, Motta diz:

Em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente ou, em outras palavras, aqueles que fazem parte de nós mesmos, portadores de lembranças de um passado que se quer único. Em segundo lugar, os vividos “por tabela”, ou seja, as possibilidades abertas pelo fenômeno de projeção ou de identificação tão forte com um passado, que pessoas que não o viveram se sentem coparticipantes e sujeitos desse mesmo passado. Isso significa dizer que é possível nos lembrarmos de algo que não nos atingiu diretamente, mas que, por uma razão ou outra, contaminou a nossa própria lembrança (MOTTA, 2012, p. 26).

Neste sentido, a memória individual pode ser capaz de ser inserida naquilo que Maurice Halbwachs vai chamar de memória coletiva. Para este autor, a memória coletiva diz respeito à recordação e localização das lembranças enquanto um exercício que ocorre num determinado contexto social, onde diferentes atores contribuem para a composição daquilo que tornar-se-á comum ao grupo (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Para que este processo de inserção das memórias individuais ocorra, faz-se necessário que ocorra um processo de negociação, quando os testemunhos precisam estar em concordância com aquilo que vai se tornar a base comum do grupo em questão





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

(POLLAK, 1989, p. 3b). No grupo, as memórias individuais passam por um processo de coletivização dos acontecimentos passados, sendo que a referência a tal passado tem como objetivo tornar coeso o grupo e marcar a sua diferença em relação aos outros (POLLAK, 1989, p. 9a).

Questão importante a ser pensada quando tratamos da Memória diz respeito aos chamados “embates” pela memória. Tais embates tanto podem dizer respeito às negociações a serem realizadas no interior de um grupo específico ou em relação ao grupo e outros grupos. Para se compreender melhor esta colocação, pensemos na oposição entre uma “memória oficial” – quase sempre, uma memória nacional – e as chamadas “memórias subterrâneas”, que seriam aquelas memórias de pessoas ou grupos que não seriam hegemônicas nas sociedades (POLLAK, 1989, p. 4a); em outras palavras, os chamados “excluídos da história” (PERROT, 2000).

São, pois, estas memórias subterrâneas, que estão sendo reabilitadas, ou seja, deslocadas do periférico, do marginal, para serem postas em contraposição à “memória oficial”, servindo como objeto de contestação e arma de luta por aqueles que historicamente foram “excluídos” dos processos históricos, marginalizados e invisibilizados pela memória oficial. E, neste processo de reabilitação destas memórias subterrâneas, a História Oral tem desempenhado um papel fundamental (POLLAK, 1989, p. 4a). Mas afinal, o que é História Oral?

#### **História Oral**

Grosso modo, a História Oral consiste numa “(...) metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2011, p. 155). Em outras palavras, trata-se de uma prática científica que tem como utilidade principal recuperar o vivido por quem o viveu (ALBERTI, 1996, p. 1).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Tendo percorrido um longo caminho ao longo do século XX, a História Oral figura, nos dias atuais, como uma importante metodologia para o conhecimento historiográfico. De acordo com a autora supracitada, uma pesquisa que emprega a metodologia da História Oral consiste basicamente em (1) preparar a entrevista, (2) contatar o/a entrevistado/a, (3) gravar o depoimento, (4) transcrevê-lo, (5) revisá-lo e (6) analisa-lo (ALBERTI, 2011, p. 165). Trata-se de uma das fases da operação historiográfica – nos termos de Michel De Certeau (1982) - que tem como fonte principal a Memória.

Mas quando devemos recorrer à História Oral? Para responder à esta instigante questão, Verena Alberti afirma serem duas situações específicas em que podemos lançar mão deste campo da História. A primeira delas diz respeito aos resultados a serem obtidos, o que deve levar o pesquisador a refletir se, de fato, a História Oral possui condições de responder às perguntas feitas. A segunda condição está intimamente ligada à existência, ou não, de outras fontes capazes de responder às perguntas feitas (ALBERTI, 1996, p. 1). Quando tratamos do objeto em questão, a História Oral mostrou-se fundamental, na medida em que são as Memórias dos entrevistados que têm norteado os trabalhos de pesquisa ora empreendidos, nos conduzindo para os caminhos da escrita de um dos capítulos da História da Educação em Picuí – PB.

#### **A escrita da História da Educação**

Para além da simplificação que o termo *História da Educação* pode encerrar, faz-se necessária uma dissecação destas duas palavras, na medida em que a compreensão deste campo do conhecimento requer tanto a análise das palavras quanto das coisas. Se por um lado, a palavra História vem do grego *Histor*, que remete a ideia de “sábio”, “conhecedor” (CUNHA, 2007, p. 414). Para Marc Bloch (2001), a história se ocupa de entender o homem no tempo, a partir da análise e interpretação dos documentos. Estes documentos, por seu turno, são vestígios do passado, única forma de acessarmos um outro tempo, que nos escapa e que nos chega através das pistas deixadas nas fontes históricas. Em outras palavras, “(...) o documento é a base para o julgamento histórico” (KARNAL; TATSCH, 2011, p. 9) e constitui-se não apenas um resto do passado, mas um produto do passado,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

construído a partir de “relações de forças assimétricas, desiguais sempre, de um passado antagônico, irregular e contingente” (BLOCH apud SALIBA, p. 317). O documento é, pois, uma memória preservada pela história, uma memória que é humana, visto que tudo o que é humano é documento (BLOCK apud KARNAL; TATSCH, p. 14).

Já a palavra *Educação* vem do latim *educatio* e remete à ideia de “instrução”, “formação”, “transmissão” de um conhecimento, num processo em que um aluno e um mestre estão envolvidos, sendo que este atua como um guia para aquele (NEVES, 2009, p. 14). Dizendo de maneira simplificada, portanto, a História da Educação diz respeito ao estudo das formas como os homens e mulheres de outros tempos instruíram e foram instruídos ao longo do tempo.

Em geral, a História da Educação tem assistido a uma crescente transformação ao longo das últimas décadas, desde 1980 até os dias atuais, conforme nos informa. Todavia, a despeito deste crescimento, duas questões importantes surgem. A primeira delas diz respeito a uma certa negligência por parte dos Historiadores em relação à Educação enquanto um objeto histórico, sendo quase inexistente trabalhos historiográficos produzidos por historiadores, o que leva os pedagogos a se empreitarem por este caminho. E isto nos leva a nossa segunda questão: os pedagogos não recebem uma formação adequada para atuarem enquanto Historiadores da Educação, o que pode ser algo um tanto perigoso (NEVES, 2009, p. 20).

Neste sentido, faz-se necessário que estes pesquisadores não percam de vista (a) os marcos temporais, (b) as fontes históricas e (c) as relações entre o presente e o passado. No que tange aos marcos temporais, é necessário que se atente para “a minúcia e o pormenor” (Idem, p. 26), quando deve-se recorrer aos recortes espaço-temporais como elementos definidores dos objetos estudados. Das fontes já tratamos acima, o que nos leva às relações entre o presente e o passado. Sobre este terceiro ponto, somos remetidos aos conceitos de história-problema, fato histórico, anacronismo, entre outros, de ordem epistemológica do campo da Ciência Histórica pós-*Annales*, mas que ainda aparecem como problemas a serem sanados em determinados textos ditos historiográficos. Neste sentido, a autora acima citada nos aconselha um aprofundamento dos estudos, com vistas em nos apropriarmos daquelas ferramentas epistemológicas quando formos tratar da escrita da





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

História da Educação, para que possamos produzir análises capazes de responder satisfatoriamente a este crescente campo do saber.

#### **A Orientação Educacional**

Conforme já citamos, a História da Educação tem assistido tanto à transformação de seu *status* quanto a renovação, com novas temáticas, novos procedimentos, além dos temas tradicionais que têm sido cada vez mais revisitados. História das instituições escolares, história da educação e gênero, história dos intelectuais e dos métodos pedagógicos, cultura escolar, arquitetura, mobiliário, saberes e práticas escolares, educação infantil, disciplinas escolares e acadêmicas, são algumas das temáticas que tem surgido, neste contexto (NEVES, 2009, p. 14). Para além disto, o que poderíamos dizer acerca da relação entre a História, a Educação e o Trabalho, tomando como eixo norteador a construção das profissões na/da educação? E quanto à a profissão de Orientador Educacional, como se deu a sua construção histórica? Qual é e como se construiu o papel deste profissional na Escola?

A Orientação Educacional no Brasil esteve sempre ligada às tendências pedagógicas adotadas, num esforço de se tentar desenvolver um trabalho adequado para o momento histórico (GRISPUN, 2008, p. 11). Neste contexto, o papel do Orientador Educacional é um colaborador do processo pedagógico, num movimento que tem como objetivo principal quebrar com os paradigmas sociopolíticos e econômicos impostos pela sociedade moderna (GRISPUN, 2008, p. 13). A atuação do Orientador Educacional está baseada em um ato político comprometido com uma sociedade mais justa e por este motivo vive em uma constante mudança e seu trabalho deve ser contextualizado, levando-se em consideração a história do aluno, onde este educando perceba seu desenvolvimento. Seja compreendido a realidade e haja percepção entre o desenvolvimento individual e aprendizado (GRISPUN, 2008, p. 29). A existência no ambiente escolar deste profissional, portanto, é justificado a partir do entendimento político educacional, então a atuação do orientador estava justificada pela Constituição de 1937. Seguindo este entendimento, tal profissional deveria promover entre o alunado uma disciplina moral com base no







### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

adestramento físico (LEME; SILVA, 2014, p. 23), mas o seu papel vem sendo transformado ao longo do século XX e nestes primeiros anos do século XXI, papel este que ainda não foi devidamente esquadrihado pela História da Educação.

Do ponto de vista da legislação educacional, a Lei n. 5.564/68 e o Decreto n. 72.846/73 são os primeiros diplomas legais que se voltaram para a função deste profissional, afirmando que os orientadores deveriam atuar no sentido de promoverem o desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade do aluno, o que nos leva a perceber o viés psicológico imbuído na lei (LEME; SILVA, 2014, p. 23). Para além dos artigos das leis e decretos regulamentares, percebemos que a profissão passou por fases importantes ao longo do século XX, sendo que a fase terapêutica se destaca, uma vez que preconizava um atendimento prioritário aos alunos considerados “problema”. Temos notado que tal perspectiva vem, ao longo dos anos, sendo desconstruída e substituída por uma percepção de que o Orientador Educacional deveria atentar criticamente para os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais que permeiam o ambiente escolar (GRISPUN, 2010, p. 28).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em seu artigo 61, trata de forma de forma indireta do papel do Orientador Educacional, quando diz o seguinte: “Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que são (...) trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional (...) (BRASIL, 1996). Como podemos observar, a LDB preconiza a necessidade deste “profissional da educação”, colocando-o no cerne das políticas públicas para a educação e considerando uma ligação entre a escolarização (educação) e este profissional da educação (LEME; SILVA, 2014, p. 24).

Atualmente, a Orientação Educacional é entendida como uma função que tem por objetivo principal colaborar com a construção coletiva do ideal de cidadania, preconizado nos diplomas legais e nos saberes pedagógicos vigentes (LEME; SILVA, 2014, p. 32). Na nova prática do profissional, o serviço não deve ser a parte da escola, como fosse um serviço que adentrasse no ambiente escolar, aplicasse uma técnica e determinasse o futuro do aluno. Pelo contrário, deve contribuir com a formação de cidadão, que reconhece seus





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

direitos, praticando de forma coerente os conhecimentos adquiridos com a sua formação. Também o Orientador Educacional deve atuar na mediação dos conflitos, analisando o contexto social no qual cada educando está inserido, bem como as individualidades desses sujeitos (LEME; SILVA, 2014, p. 33). Além de estar embasado teoricamente e com metodologias que contribuam para uma atuação significativa, o profissional da Orientação Educacional deve pautar-se na observação e no diálogo com o orientando, buscando atuar de forma coerente na resolução dos problemas e dificuldades apresentadas pelos alunos e alunas (MARQUES, 2014, p. 85).

#### **MEMÓRIA, ORALIDADE E EDUCAÇÃO - Possibilidades de uma pesquisa**

Falar das possibilidades da pesquisa no campo da História da Educação em Picuí – PB nos leva necessariamente à história da construção da Rede Municipal de Educação, a partir das décadas de 1980 e 1990, momento em que ocorreu processo de redemocratização e a reformulação da oferta de bens e serviços públicos, a exemplo da Educação. Se a operação historiográfica se faz necessariamente a partir das fontes históricas, tratar das várias temáticas que compõem o campo da História da Educação nos levam necessariamente ao questionamento da disponibilidade – ou não – desses vestígios do passado. Tratando especificamente da construção histórica da Orientação Educacional, somos levados a privilegiar a Memória, na medida em que (a) a referida profissão passou a ser oficialmente exercida em 1999 – com a nomeação de Rozinete Alves da Costa como a primeira Orientadora Educacional – e (b) não identificamos, até o momento, outras fontes acerca do objeto em questão. Aliás, esta situação parece não ser restrita apenas à Orientação Educacional, mas também de outras temáticas importantes da História da Educação neste município.

#### **Em busca das Memórias**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A nossa busca pelas Memórias da Orientação Educacional em Picuí – PB se iniciaram com a identificação dos possíveis entrevistados. Para tanto, fizemos um levantamento prévio dos profissionais existentes no município e constatamos que atualmente existem quatro Orientadores Educacionais, estando três em atuação e uma em situação de afastamento de suas atividades.

A ideia inicial era realizarmos entrevistas com a primeira Orientadora Educacional oficialmente nomeada, Rozinete Alves da Costa, que iniciou seu trabalho no município em 1999. Todavia, fazia-se necessário entendermos em que condições teria ocorrido a oferta da vaga para o profissional e como teria sido o processo anterior a 1999 em relação às ações que deveriam ser desempenhadas por tal sujeito. Para tanto, realizamos uma entrevista com a atual Secretária de Educação Maria da Guia Lucena, que atua no município desde a década de 1980, tendo ocupado as funções de professora, coordenadora pedagógica e supervisora escolar. Desta primeira entrevista, realizada em 04/10/2019 e com duração 48min53seg, foi possível termos uma visão ampla da Orientação Educacional, desde os primórdios até os dias atuais, em razão das Memórias da entrevistada se referirem às décadas de 1980 e 1990, passando pelos anos 2000 e chegando até os dias atuais. A nossa segunda entrevista deu-se em 05/10/2019 e foi realizada com Keiles Lucena de Macedo, que começou a sua experiência profissional de Orientadora Educacional no município em 2008, e teve uma duração de 49min57seg. Feito isto, passamos à realização da terceira entrevista, feita com a Supervisora Escolar Rosélia Maria de Araújo Lima em 11/10/2019, com duração de 10min49seg.

Para além destas entrevistas realizadas, pretendemos entrevistar os demais profissionais Orientadores Educacionais, bem como proceder ao processo de digitação, edição e interpretação das informações oferecidas pelas memórias individuais, o que deverá compor uma memória coletiva da construção histórica da Orientação Educacional em Picuí – PB.

#### **Das entrevistas, as primeiras impressões**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Das primeiras entrevistas, podemos perceber alguns fatos que podem nos ajudar a compreender como tem se construído esta profissão, não apenas no município de Picuí – PB, mas também a nível regional e, quiçá, nacional.

Em primeiro lugar, destaca-se a formação específica para este profissional. A fala da primeira entrevistada é significativa neste sentido, na medida em que destaca o papel da formação específica em Orientação Educacional - ofertada no âmbito do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, a partir de 1999 (UEPB, 2019) – e que teria levado a entrevistada, na condição de Supervisora Escolar, a refletir e propor a oferta de vaga em concurso para a Orientação Educacional, sendo a primeira vez que tal profissional viria a compor a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Nestes termos, a História da Orientação Educacional em Picuí – PB está intimamente ligada à formação dos profissionais da Educação e esta, por seu turno, liga-se à História do Curso de Pedagogia da UEPB, que havia passado por um importante processo de reformulação na década de 1990, acompanhando um movimento nacional de renovação da Pedagogia, mas esta é uma outra história, ainda não contada!

O segundo ponto a ser ponderado acerca do nosso objeto diz respeito ao conjunto de ações institucionais promovidas pela Prefeitura e Secretaria de Educação, sejam (a) a oferta de vaga em concurso, em 1999, e (b) a promulgação da já citada Lei Complementar n. 2, “que dispõe sobre a Estrutura do Estatuto do Magistério Municipal” (PMP, 2008) e trata especificamente da função do Orientador Educacional.

Para além dos fatos acima elencados, as Memórias até agora captadas nos levam à identificação dos seguintes marcos temporais para a História da Orientação Educacional em Picuí – PB. Nisto, temos o seguinte: a) da década de 1980 até o ano de 1999 - momento em que prevalece o trabalho de uma equipe multidisciplinar, formada por Coordenadores Pedagógicos e Supervisores Escolares, cujas atribuições incluíam aquelas ações que hoje classificamos como próprias do Orientador Educacional; b) de 1999 até 2008 – período que se inicia com a nomeação, via concurso público, da primeira Orientadora Educacional, e que culmina com a promulgação da já citada Lei Complementar n. 2; c) de 2008 à 2014 – período marcado pela vigência desse diploma legal e pela nomeação da segunda Orientadora Educacional e; d) de 2014 até os dias atuais





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

– período que se inicia com a nomeação de mais dois profissionais, que compõem a equipe de Orientadores Educacionais atualmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é parte integrante do projeto de pesquisa de Mestrado ora desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação – PPG/MCE/ACU, intitulada “DA TEORIA À PRÁTICA: o percurso profissional de um Orientador Educacional em Picuí - PB”. Um dos objetivos dessa pesquisa, pois, diz respeito à escrita de uma História da Orientação Educacional, operação na qual as Memórias têm se mostrado essenciais, conforme já explicitamos ao longo desse texto.

Das etapas já realizadas, constatamos que as entrevistas têm sido determinantes para compreender a temporalidade, essencial num trabalho historiográfico, bem como ditar o ritmo de trabalho, indicar outras fontes históricas e principalmente nortear o entendimento do nosso objeto.

Ao lançarmos mão da metodologia da História Oral, para captarmos uma Memória da Orientação Educacional, foi possível vislumbrar os limites e principalmente as possibilidades desta fonte histórica para uma escrita da História da Educação em Picuí – PB. Mitigar o passado para compreender os processos históricos nos ajudam a perceber nossa condição enquanto profissionais da Educação, engajados e capazes de interferir e (re)construir a realidade dos educandos.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 155 - 202.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. II Seminário de História Oral/Grupo de História Oral – UFMG. Belo Horizonte, 1996. Disponível em:<[https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/869.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2019.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996** - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 28 set. 2019.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A orientação educacional:** conflitos de paradigmas e alternativas para a escola. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. A Orientação Educacional – uma perspectiva contextualizada. In: GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin (org.). **A prática dos orientadores educacionais**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008, pp. 11 – 34.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **O Historiador e suas fontes**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9 – 27.

LEME, Erika Souza; SILVA, Jaqueline Luzia da. Supervisão e Orientação Educacional: entre a teoria e a prática. In: SILVA, Jaqueline Luzia da (org.). **Orientação e supervisão educacional:** reflexões sobre o fazer pedagógico. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2014, pp. 15 – 38.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

MARQUES, Jaqueline Gervasoni. Teoria e prática da Orientação Educacional na Educação Infantil. In: In: SILVA, Jaqueline Luzia da (org.). **Orientação e supervisão educacional: reflexões sobre o fazer pedagógico**. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2014, pp. 79 – 95.

MOTTA, Márcia. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 21-35.

NEVES, Fátima Maria. A história da educação no Brasil – a trajetória de um campo de ensino e de pesquisa. In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Eliane; NEVES, Fátima Maria. **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. 2 ed. Maringá: Eduem, 2009, pp. 13 – 30.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da história: mulheres, operários e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989, pp. 3 – 13. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 28 set. 2019.

Prefeitura Municipal de Picuí – PMP. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. **Lei Complementar n. 2, de 23 de maio de 2008** - dispõe sobre a Estrutura do Estatuto do Magistério Municipal. Disponível em:<<https://www.picui.pb.gov.br/portal/legislacao/leis-complementares/lei-complementar-n-02-de-23-de-maio-de-2008-atualizada-ate-21052015-5465>>. Acesso em: 28 set. 2019.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena História do Documento: aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **O Historiador e suas fontes**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 309 – 328.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2012.

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. **Pedagogia**. [2019]. Disponível em:<<http://centros.uepb.edu.br/ceduc/pedagogia/>>. Acesso em: 28 set. 2019.

